



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

[eccos@uninove.br](mailto:eccos@uninove.br)

Universidade Nove de Julho

Brasil

Silva Reis, João dos; Carvalho Prado de Ferraz, Celso  
Novas faces da educação superior no Brasil: o neopragmatismo institucionalizado  
EccoS Revista Científica, vol. 5, núm. 1, junho, 2003, pp. 11-38  
Universidade Nove de Julho  
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71550102>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# NOVAS FACES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: O NEOPRAGMATISMO INSTITUCIONALIZADO

*João dos Reis Silva Júnior\**

*Celso Prado de Ferraz Carvalho\*\**

RESUMO: Este texto tem como proposta mostrar o neopragmatismo como suposto da reforma da educação superior no Brasil.

## Introdução

Em 1996, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado do Brasil (MARE) foi anfitrião de um Seminário, cujo foco temático consistia na necessária reforma do Estado e na mudança de paradigma da administração pública, em face da universalização do capitalismo com marco nos anos 70. O evento contou com o apoio das Nações Unidas, do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento e, principalmente, do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Do Seminário, aberto pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, participaram muitos intelectuais de várias partes do planeta, que, desde muito tempo, ocupavam-se do tema: Adam Przeworski, da New York University; Donald F. Kettl, da University of Wisconsin; Willian Glade, da University of Texas; Peter Spink e Fernando Luiz Abrucio, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; Kate Jenkins, assessora do governo britânico; Ruth Richardson, ex-ministra das finanças da Nova Zelândia; Joan Prats i Catalá, da Escola Superior de Administração de Empresas (ESADE) e da Universidade das Nações Unidas, e o então Ministro do MARE, Luiz Carlos Bresser Pereira.

PALAVRAS-CHAVE: reforma do estado; reforma da educação superior no Brasil; neopragmatismo.

\*Doutor em Educação pela PUC-SP; Pós-doutoramento em Sociologia Política – UNICAMP; Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba e da UNINOVE.

\*\*Doutor em Educação pela PUC-SP; Professor da Rede Pública e do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Monte Serrat.

<sup>1</sup>BRASIL, MARE. *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Brasília. Disponível em <www.mare.gov>. Acesso 18 fev.1998.

<sup>2</sup>Usamos aqui a metáfora de Bueno (2000), quando analisa a reforma do ensino médio.

Destacam-se dois pontos nessa relação: 1) a importância e a militância dos intelectuais citados e 2) as instituições a que pertencem. Por outro lado, é bom lembrar que, em 1995, Bresser Pereira, já na condição de Ministro, publicara o *Plano Diretor da Reforma do Estado*<sup>1</sup> e, de pronto, decorrências de tal documento se fizeram em profusão, em sua maioria por meio de atos político-administrativos com origem direta no Poder Executivo, sem discussão alguma no Congresso Nacional. Tratava-se do segundo seminário organizado pelo governo recém-empossado (o primeiro fora feito à véspera da posse de FHC, em 1995), e parecia mais uma liturgia<sup>2</sup> legitimadora de dogmas do que um espaço de reflexão do Executivo para a formulação de propostas de discussão no Congresso e no Judiciário. Prova isso o próprio documento citado, que orientou, de imediato, as mudanças no âmbito do Estado e no da administração pública no Brasil.

Para além da liturgia de legitimação dos dogmas de Hayek e Friedman, erigidos e disseminados pelo mundo, ainda nos anos 60, pela Société Mont Pellerin, os textos apresentados no seminário foram reunidos no livro *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*, organizado por Bresser Pereira e Peter Spink e editado, em 1998, pela Fundação Getúlio Vargas Editora. Apresenta o referido livro Fernando Henrique Cardoso e, já neste texto, é possível antever o novo paradigma político e o novo pacto social que se viria a produzir no país, tendo como maestros o próprio presidente e três competentes ministros, todos com origem acadêmica: Luiz Carlos Bresser Pereira, Paulo Renato de Souza e Pedro Sampaio Malan. Na apresentação, FHC já mostrava os dogmas orientadores de sua fé, por meio de uma liturgia que se expressa no léxico bem escolhido (portanto intencional):

Insisto, assim, em um ponto: esta visão de um *Estado que se adapta* para poder enfrentar os desafios de um mundo contemporâneo não pode ser confundida nem com a inexistência de um *Estado competente, eficaz, capaz de dar rumo à sociedade* ou, pelo menos, de acolher aqueles rumos que a sociedade propõe e que requerem uma ação administrativa e política mais conseqüente, nem tampouco significar a inércia diante de um aparelho estatal construído em outro momento da *história de cada um de nossos países que se concentrou seja no corporativismo e no assistencialismo*, seja na produção direta de bens e serviços (CARDOSO, 1998, p.15-16, grifos nossos).

O discurso presidencial de abertura anunciava um tipo de Estado que se adapta às novas condições do capitalismo em seu presente estágio, com marco nos anos 70, para enfrentar os “desafios de um mundo contemporâneo”. Parece claro, para o presidente de então, a imperiosa necessidade de reformar a administração pública e o Estado brasileiro, para torná-lo “competente, eficaz, capaz de dar rumo à sociedade”. Por outro lado, tais mudanças partem da crítica de países que tiveram seus Estados historicamente marcados pelo corporativismo, assistencialismo e pela produção direta de bens e serviços, numa clara alusão aos Estados de Bem-Estar Social, que concretizaram, de forma eficiente, as propostas da social-democracia tão reivindicada por Fernando Henrique Cardoso e por seu partido: o Partido da Social-Democracia Brasileira. Evidencia-se aqui o tipo de relação que se buscava estabelecer entre Estado e Sociedade, bem como a estrutura e função estatais que pretendia implantar o presidente de então: o Estado Panopticon, já criticado por ele mesmo em outro de seus escritos.<sup>3</sup> Trata-se de um Estado, no qual hipotrofiam-se os poderes legislativo e judiciário e, em movimento contrário, hipertrofia-se o Poder Executivo, de modo que as relações entre Estado e sociedade civil não passam por mediações das associações e entidades políticas representativas desta última. O diálogo far-se-ia diretamente entre as duas instâncias de poder e hegemonia, diante de uma sociedade fragmentada e desorganizada, em razão da degradação social e econômica dos anos 80.

Na seqüência de seu discurso, FHC reforça sua visão de Estado, como também a função daquele em relação à área social:

*Não há dúvida de que, nos dias de hoje, além desse papel de iluminar os caminhos nacionais e, de certa maneira, de apontar metas que sejam compatíveis com os desejos da sociedade, o Estado deve também concentrar-se na prestação de serviços básicos à população – educação, saúde, segurança, saneamento, entre outros (CARDOSO, 1998, p.16, grifos nossos).*

Passados aproximadamente sete anos, e já no apagar das luzes dos dois mandatos presidenciais, vemos uma realidade bastante diferente da que se apresenta na erudita e aparentemente convincente conferência de Cardoso. Tão somente aquilo que tornaria o Estado um órgão reprodutor do capital, no qual

<sup>3</sup>CARDOSO, Fernando Henrique. *A construção da democracia – estudos sobre política*. São Paulo: Siciliano, 1993. Para Cardoso, dada a transição brasileira como vista pelos militares, seria necessário criar um novo código hegemônico que, à época, ele analisava de forma crítica, no qual o Estado, como burocracia, substituiu os partidos e todas as instituições de mediação entre aquele e a sociedade civil.



a iniciativa privada substituiria o governo para que este pudesse investir na área social, fora realizado para torná-lo adaptado, competente, eficaz e eficiente, capaz de dar rumos e metas à sociedade. Na área social, o que se viu foi sua transformação em um Estado forte, centralizador, gestor, avaliador e caritativo, ainda assim, sem ao menos atenuar a profunda crise social em que vivemos, provocada pela degradação de nosso processo civilizatório e pela banalização da vida humana.

A retórica da competência, da eficácia e da eficiência em relação ao social que se pode depreender do editorial é, de fato, bem construída e sedutora – ao final de seus dois mandatos, Fernando Henrique Cardoso apresentou o Brasil conforme demandavam as agências multilaterais, ou seja, fez reformas de acordo com a retórica. Além disso, viajou muito, enquanto articuladores políticos costuravam alianças no Congresso Nacional, e Pedro Malan e os presidentes do Banco Central, com destaque para Armínio Fraga, mantinham a política econômica orientada pelos supostos da Escola de Chicago e ditada, especialmente, pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, com irreparável prejuízo para a área social.

Acrescenta ainda, em seu discurso, que, para a realização dessa árdua tarefa, é necessário e imprescindível a mudança do Estado e, portanto, urge a adoção de novos critérios orientadores da administração pública destinados a reduzir “custos, buscar maior articulação com a sociedade civil, definir prioridades democraticamente [ancoradas na racionalidade do Estado Panopticon e cobrar resultados”. Diz Cardoso (1998, p.16-17), referindo-se ao primeiro seminário realizado sobre o mesmo tema:

às vésperas de minha posse, realizamos um grande seminário internacional [o primeiro rito litúrgico], aqui mesmo no Itamarati. Recordo-me de uma discussão a respeito do papel das organizações não-governamentais e do estado. No início, essa relação ONG-Estado era marcada por uma espécie de distanciamento, até mesmo de antagonismo. Havia ataques de parte a parte e isso levava o aparelho do Estado a ficar cada vez mais voltado para si mesmo, no intuito de defender a sua visão de como conduzir a coisa pública. Progressivamente, isso foi mudando. Hoje, para usar a expressão de Manuel Castells, sociólogo espanhol que eu prezo muito, as organizações “não-governamentais” passaram a ser “neogovernamentais”. Esta é uma realidade, uma forma de interação que tem que ser absorvida tanto pelas ONGs quanto pelo Estado.



Tanto na apresentação quanto nos textos que se lêem no livro, desenham-se com nitidez os principais traços que marcariam as mudanças estruturais no plano econômico e social, entre as quais a reforma do Estado constituía o primeiro e imprescindível passo. Um novo processo de politização das relações sociais era imposto a partir da substância histórica do capitalismo, em face de suas mudanças nas últimas décadas, o que impunha iniciar-se pelo Estado.

A alusão crítica ao Estado de Bem-Estar Social indicava, desde logo, as orientações da mudança do Estado, dado o caráter inexorável atribuído à universalização do capitalismo. Para a periferia do sistema, tornava-se imperioso ‘enxugá-lo’, transferindo responsabilidades públicas para a sociedade civil, advindo daí o elogio às organizações não-governamentais, o que foi chamado de democrática descentralização. No entanto, ainda que ‘enxuto’, o Estado teria de ser forte para produzir, centralizadamente, as políticas públicas em todos os setores de sua ação, configurando o Estado societário, para ditar rumos e metas à sociedade e realizar a transferência de responsabilidades da área social para a sociedade civil, segundo políticas predefinidas, estabelecendo, portanto, o diálogo e a cobrança de resultados. Além de tudo isso, exigia a transformação de instituições em organizações, bem como a valorização das ONGs.

O Estado reforma-se, pois, nessa direção, bem anunciada pelo próprio presidente legitimamente eleito. A administração pública será feita sob seu forte controle, por meio de políticas definidas por especialistas – na sua maioria pesquisadores nas respectivas áreas de nossas melhores universidades e institutos de pesquisa –, porém realizadas por organizações da sociedade civil que seriam cobradas pelos resultados. Assim, concretizar-se-iam os rumos e metas elaborados centralizadamente no âmbito do Estado, em determinado momento histórico, neste caso, o governo de Fernando Henrique Cardoso. Outro aspecto que se pode observar, e que é reiterado na apresentação do livro, é o apelo feito aos aspectos profissionais. Vejamos:

essa transição [de paradigmas de estrutura e função do Estado e da administração pública] não será possível nem viável sem a participação dos funcionários públicos. Erram aqueles que identificam no funcionalismo público um foco de resistência à mudança. Eles não podem ser vistos como repositório do velho e do antigo, do antiquado, do arcaico. Reconheço com satisfação que



a burocracia estatal tem um número expressivo de núcleos de competência e excelência. É necessário que esses núcleos ganhem força, para que tenham a capacidade de contagiar o conjunto da administração. Porque a reforma apenas terá êxito se for sustentada pelas lideranças do serviço público. Não digo as lideranças sindicais que, infelizmente, estão atreladas às formas mais nocivas de corporativismo, mas sim as lideranças de mentalidade que querem renovar-se, que têm entusiasmo pela função pública, que têm o sentido de missão, de espírito público (CARDOSO, 1998, p.18).

Neste excerto, há um movimento que mostra um traço que, algumas vezes, passa ao largo das análises sobre a nova administração pública e as novas estruturas sociais. A chamada para a participação da sociedade civil na gestão pública foi feita por ONGs e algumas instituições que se transformariam em organizações, num diálogo direto com o Estado, sem as mediações de associações, entidades etc., procedimento que reforçava a crítica ao corporativismo crônico e arcaico imputado ao funcionalismo público. Mas isso sempre foi mel na boca dos mandarins brasileiros, especialmente depois de Getúlio Vargas; o novo, aqui, é a politização por meio do campo profissional. Caberia às 'lideranças de mentalidade' a concretização do novo paradigma de gestão pública para o bom funcionamento do Estado reformado. Uma nova estrutura, com novas funções sociais e políticas e canal direto de participação da sociedade civil (nos moldes já comentados do Estado Panopticon), aliada a uma nova e necessária classe de funcionários públicos para a administração e a regulação sociais, seria eficaz, eficiente e competente. O profissionalismo põe-se no centro do político, este torna-se reduzidamente técnico, instrumental e ancorado na ciência voltada para um fim que não é dela, mas do projeto político do governo, que toma a forma institucional do Estado.

No entanto, se essa é a lógica interna de ação do governo, necessário se faz comentar as motivações externas dessa mudança. A crise do keynesianismo e da social-democracia no século XX, fechando mais um estágio do capitalismo, impôs um deslocamento do capital para setores nos quais este nunca estivera nem organizara segundo sua lógica. A tão propalada transição do fordismo ao presente momento é fundada nesse deslocamento, o que impõe a mudança das estruturas sociais, posto que tais deslocamentos são geográficos. Assim, o capitalismo alarga-se no planeta (deslocamento



geográfico); é temporal, isto é, existem apostas em rentabilidades maiores com as mudanças que se realizarão (deslocamento e hegemonia do capital financeiro). À articulação desses dois deslocamentos acrescenta-se o deslocamento social, em geral para áreas outrora públicas, o que implica um acentuado processo de privatização.

Dada a hegemonia política e econômica dos Estados Unidos da América, tais orientações são seguidas conforme aquele país, por meio de ações mediadoras das agências multilaterais na economia – BIRD/Banco Mundial, FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento; na cultura, pela UNESCO; na política, pela Organização das Nações Unidas e nas ações bélicas, pela Organização dos Países do Atlântico Norte. Quando articulamos as duas dimensões, interna e externa, podemos concluir sobre a contradição que funda nosso Estado reformado e sobre a perda de nossa soberania: ele é forte no âmbito interno e submisso no plano internacional. A proposta de nosso presidente era, de fato, a expressão do Consenso de Washington no Brasil, a demandar, compulsoriamente, novas estruturas sociais, novo paradigma político e a necessária reforma do Estado e da administração pública. Assim, tal contradição acabaria com a soberania nacional como o fez em vários países, com destaque para a Argentina, no momento atual.

A matriz orientadora do Estado que se pode depreender do discurso presidencial deriva da racionalidade do metabolismo social no presente estágio do capitalismo, quando o capital se põe em todas as esferas sociais, estabelecendo, por processos os mais diversos, o império do privado às instituições. A educação em geral, e em particular a educação superior, foi reconfigurada com muita intensidade pela própria reforma do Estado, na qual está presente sua transformação em organizações sociais, que seriam fundações públicas regidas pelo direito privado. Com isso, retira-se a unidade do sistema federal de ensino superior, submetendo-o às regras do privado e subordinando as práticas sociais de docência, pesquisa e extensão – ou outro tipo de prática – à racionalidade mercantil. Quanto à produção científica, como já se percebe, entre outros, nos Fundos Verde-Amarelos,<sup>4</sup> podemos afirmar que ela é induzida pelo financiamento a tornar-se uma central de resolução de problemas técnicos e sociais voltada, em última instância, para os fins do governo ou de quem a

<sup>4</sup>Os diversos fundos formulados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso eram constituídos por meio de financiamento predominantemente privado e destinados às pesquisas ligadas às áreas duras com o objetivo de implantação imediata de seus resultados no setor produtivo. Tratava-se de um processo cujo objetivo consistia na ênfase do trinômio ciência, tecnologia e inovação tecnológica.





financia, constituindo, agora mais do que nunca, a 'ciência engajada', instrumentalizada e não crítica, além de confundir-se com seu objeto no momento de sua produção.

### **A reforma da educação superior no contexto das reformas educacionais no mundo**

Pelo exposto, vemos a reforma do Estado brasileiro e, para o que aqui nos interessa, a da educação superior e da produção da ciência no Brasil, como intervenção consentida e realizada pelas autoridades educacionais, segundo a orientação das agências multilaterais, no contexto da universalização do capitalismo. Seu direcionamento foi motivado por uma razão instrumental, que se constitui no epicentro de um processo de mercantilização do trabalho imaterial, em geral, e em particular, da esfera educacional em seu nível superior. Em face da universalização do capitalismo e do lugar e função que ocupam os Estados Unidos da América, buscaremos analisar esse processo a partir do itinerário de Lefebvre (1981), articulando o que é diacrônico e o que é sincrônico no movimento de universalização do capitalismo, que tem, naquele país, o foco irradiador das formas sociais hoje predominantes.

Para Lefebvre, as temporalidades históricas eram distintas não só nos aspectos diacrônico e sincrônico, mas também em relação às estruturas e superestruturas, o que provoca um desenvolvimento desigual e integrado do capitalismo. Para darmos concreticidade ao que se afirma no plano teórico e, ao mesmo tempo, justificarmos nosso itinerário de análise do texto, acrescentamos a inteligente assertiva de Coraggio (1996, p.78-79, grifos nossos), que já foi assessor, ainda que crítico, do Banco Mundial. Para ele, a função dessa agência multilateral é:

instrumentalizar a política econômica, mais do que continuá-la ou compensá-la. São [as políticas sociais] o "Cavalo de Tróia" do mercado e do ajuste econômico no mundo da política e da solidariedade social. *Seu principal objetivo é a reestruturação do governo, descentralizando-o ao mesmo tempo em que o reduz, deixando nas mãos da sociedade civil competitiva a alocação de recursos, sem a mediação estatal.* Outro efeito importante é introjetar nas funções



públicas os valores e critérios do mercado (*a eficiência como critério básico, todos devem pagar pelo que recebem, os órgãos descentralizados devem concorrer pelos recursos públicos com base na eficiência da prestação de serviços segundo indicadores uniformes etc.*), deixando como resíduo da solidariedade a beneficência pública (redes de seguro social) e preferencialmente privada, para os miseráveis. Em conseqüência, a elaboração das políticas setoriais [como as políticas públicas para a educação, particularmente para o nível superior] fica subordinada às políticas de ajuste estrutural, e freqüentemente entra em contradição com os objetivos declarados.

Por essa razão e pelo exposto, elegemos Thomaz Popkewitz (1997), que estudou as reformas educacionais norte-americanas dos anos 80 – e que muito nos influenciou –, considerando as reformas educacionais dos anos 60 também naquele país e observando, diante da conjuntura, as continuidades e rupturas daquelas reformas nas atuais. Ao estudá-lo, notamos os pontos de identidade e expressão das reformas dos anos 80 no hemisfério norte, nas que aqui se realizaram na década de 90, de acordo com a especificidade histórica brasileira.

Destaca-se, por outro lado, que o movimento de reformas na década de 80, consideradas as nuances de cada país, especialmente as da França, tem características semelhantes. Com outra abordagem, Apple (1998) chega a conclusões próximas de Popkewitz nos Estados Unidos da América; Gimeno Sacristan, na Espanha; Christian Laille, na França, e Geoff Whitty, no País de Gales (WARDE, 1998), indicando que o movimento reformista, na esfera educacional, é parte das mudanças do metabolismo social capitalista, propiciadas pela universalização do capitalismo. Na América Latina, esse movimento também guarda, além das especificidades de cada país, traços semelhantes (CORAGGIO, 1996; TORRES, 1996; TORRES, 1998; BRASLAVSKY, 1998; CATANI, 1996).

Popkewitz também investiga as reformas educacionais como parte do movimento social mais amplo. Dessa forma, ao estudar as reformas educacionais dos anos 60, entende que elas são o resultado sintético de quatro grandes traços que caracterizavam a sociedade norte-americana daquele tempo: a) ênfase na ciência, talvez em face de sua grande expansão durante a Segunda Guerra Mundial; b) aumento da profissionalização, eventualmente dada pela ênfase na ciência; c) expansão econômica ocorrida naquele país à época, e d) esperança de



um mundo melhor, considerados os traços anteriores, especialmente no clima do pós-guerra. Vejamos, agora, a especificidade de cada um desses traços, como se articulam e envolvem, como parte do movimento social, o processo de reformas educacionais, especialmente no nível superior.

Os acadêmicos sempre transitaram por posições sociais privilegiadas nas sociedades, particularmente na era progressista do capitalismo, da Revolução Francesa até a crise da década de trinta do século XX. No entanto, depois da Segunda Grande Guerra, tanto os acadêmicos quanto os profissionais ganharam destaque na sociedade, em razão da ênfase na ciência e do papel que passaram a desempenhar na sociedade, voltado à busca de um futuro melhor e de uma nova forma de vida, tomando a ciência, seus produtores e os que dele faziam uso prático no cotidiano como relevantes atores e instrumentos para alcançar esse fim. Os “acadêmicos e profissionais adquiriram novamente a proeminência nacional, após fornecer valiosas orientações técnicas para o esforço de guerra. O fornecimento de orientação para o melhoramento social e material foi papel dos cientistas” (POPKIEWITZ, 1997, p.148). A sociedade parecia acreditar que o mal já havia sido destruído e que se tratava de construir um novo mundo, enquanto cientistas políticos apostavam no fim das ideologias e na construção desse estágio histórico por meio do consenso: “Acreditava-se que a tarefa das ciências sociais e físicas era a de aplicar os conhecimentos de engenharia para produzir um mundo futuro de felicidade e prosperidade para todos” (id.ib., p.149). Isso impulsionou mudanças nos campos acadêmico e profissional, especialmente com relação ao lugar social da ciência e do profissionalismo na sociedade em geral.

Nesse contexto, a reforma educacional, em todos os níveis, foi orientada por esses fatores predominantes nos anos 60, destacando-se, no entanto, sua primazia na reforma universitária, por orientar e fazer o saber escolarizado com base nas disciplinas e no currículo, bem como por conformar o campo profissional e, com isso, alterar o processo de politização cujo objetivo consistia na mudança das estruturas sociais na direção de uma utopia que se punha, para a sociedade norte-americana, no pós-guerra. Ainda que voltadas para o social, ciência, política e economia adquirem uma qualidade nova em suas relações, e a profissionalização transforma-se numa categoria vinculada de forma mais



próxima à ciência. Da mesma forma, a escola e o fazer escolar (especialmente pelo currículo) e a construção do ser social aproximam-se da ciência. Nesse movimento, também a ciência sofre influências de mesma orientação, pois há, nessa época, uma profissionalização do conhecimento. Afirma-se que, se a ciência contribuiu de maneira acentuada para a formação do campo profissional, num contexto de expansão dinâmica da economia, do mesmo modo os campos científico e acadêmico e as instituições sociais por eles responsáveis passaram por um processo de profissionalização – a categoria profissionalização tornou-se epistêmica, tanto quanto sindical.

Esse quadro – desenhado de forma sintética a partir dos estudos do autor em tela –, além de legitimar a esfera política, pode ganhar em complexidade, se pensarmos nas relações com a economia e a cultura. A indústria dos EUA, que já vinha crescendo, aumentou seu ritmo de crescimento com as novas relações entre os campos científicos e profissionais, dado o aumento de produtividade industrial decorrente do avanço tecnológico alcançado em tempo de guerra. Por outro lado, os novos produtos mudaram a vida diária dos norte-americanos, acentuando a lúdica utopia de um futuro de prosperidade e felicidade, enquanto, no âmbito da comunicação, a televisão acentuava a abrangência de seu alcance, promovendo a estetização da política. Os embates centram-se nas imagens e nas formas; menos nos discursos, compromissos e no conteúdo. No que compete ao campo político, há uma profissionalização da ciência, do conhecimento, com o objetivo de regulação social: “A ciência profissional [...] adquiriu um papel específico, mas culturalmente significativo: a precisão e controle, considerados características das ciências físicas e naturais [...]”, para estabelecer o consenso democrático na direção da utopia, deveriam “[...] ser direcionados para as relações sociais” (POPKEWITZ, 1997, p.151-152). Tal fato reconfigura a universidade norte-americana e o papel dos seus intelectuais, aproximando-os de uma instituição amalgamada nas novas estruturas sociais e dificultando-lhes a capacidade de exercer a necessária crítica – histórico traço de identidade da universidade.

Segundo Popkewitz, por vias diretas e indiretas, a ciência, a universidade e os intelectuais passaram a exercer uma função, mediada pela escola em geral, da formação do indivíduo ‘individualista’, em face do processo de naturalização



do social. Tal característica faz com que o indivíduo passe a enxergar sua forma de ser como 'natural', movimento semelhante ao que identificou, em certa medida, as ciências sociais com as físicas e naturais: "A inteligência, o caráter, o desempenho e a moralidade são tratados como 'fatos objetivos' que podem ser identificados e medidos independente da relação do indivíduo com a comunidade [...]", o que implica dizer que "possuir uma qualidade significa ser seu dono como se é de uma propriedade ou de um bem". O que Macpherson (apud POPKEWITZ, 1997, p.153) chamou de "individualismo possessivo".

Essa naturalização, presente no 'individualismo possessivo', é um processo de formação do ser singular, sua forma de ser para a sociedade e para o trabalho, que toma o mundo nas suas esferas natural e social como dado, sem questionamentos das contradições que a prática social humana nelas produz, ao considerar sua subjetividade como um fato objetivo, sua qualidade como uma propriedade intrínseca. Isso faz da organização social uma entidade metafísica que existe por ação de alguma entidade não objetiva e põe o mundo centrado no 'individualismo possessivo' como critério de verdade para as ações do ser social. Ao indivíduo cabe usar suas propriedades e bens para a busca do futuro próspero e feliz, consubstanciando uma política social ancorada em supostos muito próximos do neopragmatismo.

A reforma educacional dos anos 60 expressa uma época e, ao mesmo tempo, é parte dela, quando a economia adquire uma dinâmica de expansão, em face de um processo em curso que fora truncado pela segunda guerra e da ênfase que ganha a ciência, proporcionando melhores condições para seu desenvolvimento. Nesse contexto, estrutura-se com muita intensidade o campo profissional ancorado não somente no mercado de trabalho e em seus processos regulatórios, mas também na ciência; profissionaliza-se o conhecimento e a ciência ganha novas qualidades, bem como os institutos de pesquisas, as universidades e os cientistas e intelectuais que atuam nessas instituições. Em decorrência, há uma mudança identitária na instituição universitária: ela, tanto quanto a ciência, aproxima-se mais da economia e da política, no objetivo de construir um futuro feliz e próspero depois da destruição e fragmentação mostradas pela Segunda Guerra. A universidade, portanto, produz a ciência e a ciência escolarizada, especialmente por meio do desenho curricular e das

E  
C  
C  
O  
S

R  
E  
V.

C  
I  
E  
N  
T.

n. 1  
v. 5

jun.  
2003

22



disciplinas, para a construção de um novo ser social, de um novo pacto social, o que implica dizer que sua aproximação com a política torna-se extremamente forte. Sua aproximação com a economia, por meio da profissionalização, também a profissionaliza, de modo que a instituição universitária, além de engajar-se na economia, igualmente o faz na política, perdendo sensivelmente seu traço mais marcante: a capacidade crítica que lhe permite distanciar-se e reorganizar a sociedade, expandindo, neste movimento, a genericidade humana (na concepção de Marx e Lukács). No entanto, se tais análises críticas podem ser feitas aos anos 60, elas se acentuam com as reformas dos 80, dada a universalização do capitalismo.

Há, portanto, dois largos eixos que orientam a reforma educacional dos anos 60: 1) a ciência neutra, rigorosa e profissional torna-se a instância abalizadora do conhecimento sobre a sociedade, propiciando, dessa forma, base para mudanças institucionais nas universidades e em seus intelectuais, contexto no qual descortinava-se ‘um futuro próspero e feliz’; 2) como decorrência, a profissionalização torna-se uma categoria epistemológica que fundamenta as relações sociais, ou seja, as relações entre o indivíduo e a sociedade são agora abalizadas pela dimensão social da profissionalização, tornando o trabalho abstrato e socialmente necessário o principal traço da materialidade da prática social. Dito isso, é possível afirmar que os intelectuais e a instituição universitária passam a ocupar um lugar privilegiado na construção do metabolismo social do pós-guerra, e que muitos dos traços desse tempo histórico mantêm-se no presente momento do capitalismo, especialmente para a universidade e a educação superior, no contexto do movimento educacional das duas últimas décadas do século anterior, promovendo continuidades e rupturas na reforma da educação superior nos EUA, nos anos 80, e no Brasil, nos 90.

O entendimento do que expressa o autor na citação acima, isto é, das continuidades havidas nas reformas educacionais nas décadas de 60 e 80, só podem ser devidamente entendidas no contexto da universalização do capitalismo, que traz na instituição do Estado sua proeminência: da hegemonia da social-democracia e do *welfare state* para a da Nova Direita e do Estado Gestor.



## A transição de paradigmas para o Estado

A compreensão das várias reformas do Estado realizadas nos países centrais durante os anos 70, como anunciamos, deve fazer-se no contexto de transição de dois regimes de acumulação: do Fordismo à Acumulação Flexível. Podemos entender essa transição pela análise dos elementos intrínsecos ao Fordismo e pela combinação dos diversos fatores que o levaram ao declínio, possibilitando a emergência do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Faremos, aqui, um breve itinerário, por meio das dimensões econômica, política e ideológica.

No âmbito econômico, o Fordismo pode ser caracterizado como um modelo estruturado em uma base produtiva, com tecnologia rígida, produtos homogêneos e produção em larga escala. Na esfera do consumo, o correspondente à produção em massa é o consumo em massa, especialmente de bens duráveis. Na esfera política, o Fordismo caracteriza-se pela realização de um compromisso de classes produzido pela ordenação de políticas e legislação sociais voltadas à distribuição de renda. Como se pode, aparentemente, depreender desta breve caracterização, o equilíbrio desse modelo econômico está centrado na estrutura e funções do Estado, nesse caso o Estado de Bem-Estar Social que, por meio das políticas e legislação sociais, exerce um papel de regulação social, seja no aspecto político, seja no econômico. O equilíbrio entre a oferta em larga escala e a demanda é produzido utilizando-se políticas sociais concretizadas, com base em um fundo público acumulado pelo Estado com a cobrança de impostos. Ao mesmo tempo em que produz esse equilíbrio, estabelece e administra politicamente o compromisso de classes.

O Estado de Bem-Estar Social, portanto, participa da reprodução do capital e da força de trabalho, ocupando, dessa maneira, um lugar central na dinâmica do Fordismo. Na medida em que participa dessa reprodução e promove o compromisso de classes, desenvolve, paralelamente, uma intensa politização das relações entre capital e trabalho no interior do próprio Estado e, desta forma, confere um certo grau de transparência ao fetichismo do Estado Liberal. Este se apresenta como representante de toda a nação (embora com certo grau de autonomia), representa e unifica os vários setores sociais ligados ao



capital. A administração do fundo público, essencial para o Fordismo, impõe negociação política de representantes do capital e do trabalho no interior do Estado, o que implica dizer que, nesse modelo de desenvolvimento capitalista, as instituições políticas são muito fortes. Compreende-se, assim, um importante fator da força dos partidos políticos ligados aos trabalhadores, dos sindicatos de trabalhadores e as intensas e complexas relações entre Estado e Sociedade. No entanto, o Fordismo é um modelo extremamente rígido em sua base produtiva, em sua dinâmica macroeconômica – especialmente no equilíbrio entre oferta e consumo em larga escala – e, portanto, possui uma organização superestrutural politicamente instável. Com um mercado esgotável de bens de consumo duráveis e um alto grau de organização dos partidos políticos e sindicatos de trabalhadores, tendo no centro um Estado em que as tensões entre capital e trabalho são acirradas, o Fordismo entra em declínio na década de 70, depois de uma época de altas taxas de acumulação de capital, logo após a Segunda Guerra Mundial. O mercado dá sinais de esgotamento, o desemprego surge e se avoluma, as taxas inflacionárias elevam-se e o ciclo fordista de acumulação capitalista mostra sua fragilidade e sua derradeira fase.

Nesse momento, as políticas de austeridade monetária e fiscal são acionadas, ao lado da busca de reformas de ordem geral, que produzam um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial, em que o Estado de Bem-Estar Social, por meio de estratégias coercitivas, é desmontado, primeiramente, nos países centrais. A estratégia econômica de superação do Fordismo constituiu-se, não sem grandes embates, na implementação de uma nova base produtiva sustentada em formas novas de organização do trabalho e de uso de tecnologias, na mundialização do mercado e numa intensificação da hegemonia do capital financeiro, orientando a internacionalização do capital produtivo para uma renovada divisão internacional do trabalho.

A nova base produtiva e a financeirização do capital provocaram drásticas transformações no mercado de trabalho, acentuando o desemprego estrutural e promovendo sua estratificação. Ao lado dessas mudanças estruturais, ocorreram transformações na legislação trabalhista e nos aparelhos de Estado responsáveis pelas políticas sociais reprodutoras da força de trabalho, baseadas num fundo público já bastante diminuído para esse fim. Esse quadro propiciou o





enfraquecimento dos partidos e sindicatos ligados aos trabalhadores, bem como, com as transformações na estrutura e funções do Estado, levou a uma despolitização das relações entre capital e trabalho no âmbito estatal e da sociedade civil. As conseqüências disso, entre outras, foram o enfraquecimento das instituições políticas e a emergência de novos mediadores – tais quais as ONGs – entre o Estado e a Sociedade, com graves ecos para a classe trabalhadora.

No entanto, a nova ordem emergente tem de conviver com os traços fordistas remanescentes, conjugando elementos do novo e do velho. Parece decorrer daí a necessidade de produzir, com base no poder político e econômico dos organismos multilaterais, a sedimentação da nova ordem, sob a mesma hegemonia do capital (especialmente o financeiro) no âmbito nacional e mundial, agora em uma nova forma, em um novo regime de acumulação: a Acumulação Flexível. Nesse *décor*, emergem os intelectuais coletivos internacionais – os organismos multilaterais citados –, com novas funções específicas voltadas para a consolidação, em nível global, da Acumulação Flexível.

Os altos custos decorrentes da necessidade da regulação social são socializados pela via fiscal, porém em detrimento de inversões nas áreas sociais dos países, ainda que todos os discursos presidenciais e de intelectuais representantes dos organismos multilaterais sejam eloqüentes na defesa dos menos favorecidos. O social acaba por ser a porta de entrada para as pressões sobre os governos em favor da acumulação e do fortalecimento do capital financeiro (CORAGGIO, 1996, p.78-79). O Banco Mundial e outros organismos multilaterais atuam, pois, na sedimentação da nova ordem mundial, interferindo na organização econômica e política dos Estados Nacionais, especialmente dos chamados países em desenvolvimento.

A compreensão das reformas dos anos 80, no mundo, por meio da análise desse movimento nos Estados Unidos da América, foi o itinerário por nós utilizado, pelas razões já apontadas. E o entendimento das reformas educacionais dos oitenta, com destaque para a educação superior, deve ser feito com base na teoria do desenvolvimento desigual do capitalismo, como tentamos mostrar no tópico anterior, e com base nas diferentes temporalidades históricas indicadas no início do texto. O movimento reformista educacional dos anos 80, visto a partir dos EUA e segundo Popkewitz, deve ser compreendido em três dinâmicas:



1. A ênfase na ciência rigorosa e neutra, como meio para a realização da utopia lúdica do futuro próspero e feliz, bem como a profissionalização como categoria epistemológica e política, são traços tácitos das reformas dos 80, o que leva às mudanças na educação superior, com destaque para as universidades com características de centros de excelência;
2. Diante da universalização do capitalismo, da posição e do papel dos EUA nesse processo, a ciência, além de profissionalizada, torna-se agora mercadoria, e a profissionalização, o epicentro do atual paradigma político, tendo no individualismo possessivo seu principal traço e valor;
3. Nos anos 60, havia uma crença na ciência e na profissionalização voltada para o social e para a construção de um mundo feliz e próspero. No atual movimento de reformas, orquestrado especialmente nas universidades por seus intelectuais, e diante dos deslocamentos do capital, essa utopia cede lugar a uma base valorativa assentada na busca da eficiência, na eficácia e no consenso, para o alcance da excelência segundo os valores mercantis, centrados no individualismo possessivo, que permanece.

A articulação dessas três dinâmicas impulsiona um movimento intenso e planetário, por ser a impulsão de reformas na educação superior realizada, como já indicado, pelos organismos multilaterais, com destaque para as universidades, vistas como centros de excelência. São essas instituições e seus intelectuais que produzirão as reformas educacionais em todos os demais níveis e modalidades de ensino, bem como em outras atividades públicas, além de legitimarem em tais mudanças por meio da ciência e da profissionalização como categoria epistemológica (POPKIEWITZ, 1997, p.158-159).

Convém destacar, a propósito do que argumenta Popkewitz, as funções de gestão de política pública que desempenham a avaliação e o financiamento. Com políticas definidas de forma centralizada, segundo as orientações emanadas das agências multilaterais, somadas às interações entre o Estado e a sociedade civil feitas por meio de organizações e de acordo com um paradigma político em cujo centro se encontra o instrumental e o técnico na categoria profissionalização, a avaliação torna-se a contingência do financiamento, orientando-se pela eficiência, eficácia e competência na consolidação da reforma educacional superior e na mudança da identidade e papel histórico da instituição universitária.



A transição do Fordismo para o atual estágio histórico do capitalismo tem-se traduzido em situações de instabilidade social, econômica e política, por tratar-se de profunda mudança no metabolismo dessa formação econômico-social. Existe, neste novo contexto, alto grau de heterogeneidade social decorrente de variados fatores; no entanto, pode-se destacar o fato de coexistirem, com o novo regime, elementos de naturezas diversas relacionados ao anterior regime de acumulação. A ciência, que se profissionalizara nos anos 60, tornou-se mercadoria; o aumento da profissionalização daquela época agora constitui categoria epistemológica e, ao mesmo tempo, política. Em acréscimo, nessa transição a ciência mercantil e seu corolário, a profissionalização fundada na ciência, colocam-se no centro do novo paradigma político, resultando, provavelmente, numa dimensão política estetizada, instrumental e adaptativa que pôs em movimento, na mesma direção, a reconfiguração da esfera educacional, tendo como pedra de toque as transformações identitárias na educação superior, com destaque para as universidades.

Tal situação impõe estratégias nos planos material e simbólico-cultural para a consolidação do novo, além de induzir um processo de mudanças sociais nas muitas esferas da atividade humana. Assim, as reformas constituem meios de implementação organizada das alterações necessárias ao alcance dos fins a que se propõe o capital na atual conjuntura – a consolidação da nova forma histórica do metabolismo social capitalista.

Os principais agentes do movimento de reformas que, no contexto da universalização do capitalismo, tentam organizar a economia e a sociedade segundo essas novas orientações, são as agências multilaterais - representantes do capital na esfera internacional, sob hegemonia dos Estados Unidos da América. Nos últimos vinte anos, estes órgãos têm exercido, exemplarmente, seu 'papel' e, por meio de estratégia bastante eficiente, produzem o discurso da busca da produtividade e da equidade social, a partir de ajustes político-econômicos orientados por diretrizes conhecidas como neoliberais, em que os países subdesenvolvidos são tratados de forma homogênea, ou seja, muitas das históricas diferenças entre essas nações não são levadas em consideração. Impõem-se-lhes, portanto, determinados valores e entendimento da realidade, como orientação a seus projetos políticos nacionais, conforme a racionalidade da



nova ordem mundial, com base numa ciência que legitima o conhecimento da sociedade (neopragmatismo) e é produzida, nas instituições de educação superior brasileiras, sob uma lógica de mercado e numa profissionalização que se põe como forma e conteúdo das relações entre indivíduo e sociedade e entre sociedade e Estado. Mostram isso os supostos das reformas educacionais no nível médio e na modalidade profissional, embasadas em pedagogias cognitivistas e nos conceitos adaptativos de competência e empregabilidade. A política, mais do que nunca, é legitimada pelo campo profissional, e este, por sua vez, ancora-se numa ciência que se profissionalizou amalgamando-se ao mercado e ao privado.

Essa forma de compreensão ideológica e uniformizante da realidade dos países em desenvolvimento é parte do processo de expansão do capital para espaços ainda não organizados segundo sua racionalidade, no contexto das alterações do metabolismo social. Nesta expansão, o capital reorganiza esses espaços de exploração/acumulação, promovendo mudanças nos âmbitos econômico, social e político, especialmente por meio de reformas. Essas mudanças expressam-se em uma concepção organizativa da educação superior fundada em diagnósticos da crise deste nível de ensino produzidos no contexto dos dogmas da eficiência, eficácia, competência e da excelência do privado e do mercado; da diferenciação institucional e da competitividade empresarial; da ciência na condição de mercadoria e da minimização e centralização do Estado. Essas reformas promovem uma reconfiguração da educação superior orientada pela racionalidade dos processos de mudança social acima referidos, tendo como valor central os valores do mercado, mas, sobretudo, são orientadas pela transformação na ciência e na profissionalização, esta convertida em categoria predominantemente epistemológica, o que significa, no plano político, um processo de enfraquecimento do movimento sindical e partidário, com destaque para aqueles que atuam na educação superior.

Assim, as tendências de reconfiguração da educação superior brasileira e da ciência nela produzida por seus intelectuais, indicadas ao longo deste texto, com base nas propostas do Governo e nas mudanças sociais em nível planetário, no qual se inclui o Brasil de forma orgânica e sistematizada, são fortemente tencionadas na direção de sua efetiva concretização. Trata-se de uma reconfiguração em curso que, se completada, traria conseqüências profundas



para a esfera educacional e para a própria identidade institucional universitária. A autonomia universitária estaria, ainda que de forma parcial, subordinada ao setor produtivo, em face dos recursos daí advindos com a prestação de serviços e assessorias; ao Estado, em razão dos contratos de gestão; à avaliação, no caso das IFES – Instituições Federais de Ensino Superior, e à legislação, com relação a outros tipos de instituições. Cumpriria ainda o papel de legitimação do novo paradigma político em construção no mundo. Sobre as instituições de ensino superior (IES), restaria pequeno espaço de influência da sociedade em geral e das comunidades com as quais elas se relacionam. Por outro lado, o financiamento da educação superior, além de submeter-se aos processos mercantis de avaliação, efetivar-se-ia de diferentes formas, especialmente por causa da extrema diferenciação institucional a que se chegaria como consequência direta das reformas em curso, indutoras potenciais de uma miríade de novas formas de IES. Os recursos para o setor privado originar-se-iam das anuidades e, eventualmente, do Estado (baseado no mérito atribuído pelo sistema de avaliação oficial); os do setor comunitário, das anuidades e, em moldes idênticos aos do setor privado, também do Estado; e os do setor estatal, do Estado, das anuidades e, com participação gradativamente mais forte, do mercado.

Por outro lado, o movimento docente, em que se destaca a ANDES, importante crítica das políticas oficiais e responsável, entre outros atores, pelo esforço de democratização da educação superior brasileira e pela busca da excelência de sua produção acadêmica, tenderá a ser substancialmente enfraquecido pela diversificação institucional: diferentes formas de gestão das instituições, de organização da carreira acadêmica e seus níveis salariais, por exemplo, afetariam o conjunto das IES brasileiras, que também seriam marcadas por uma nova qualidade da categoria profissionalização, a epistemológica, conferida pela ciência que se tornou mercadoria.

A previsível transformação, a médio prazo, das IFES em 'organizações sociais' (fundação pública de direito privado), relacionadas com o Estado por contrato de gestão, com parte de seu financiamento originário do mercado; a acentuação das características das instituições comunitárias, decorrentes da sua própria natureza (filosofias educacionais proclamadamente públicas, porém com estatuto substancialmente privado), e a consolidação do setor privado, ainda que



sob legislação mais rigorosa em termos de controle e supervisão, parecem indicar profundas alterações nas esferas pública e privada. O processo de reconfiguração da educação superior brasileira parece ter como resultado a emergência e possível consolidação do que se denominaria espaço social do aparentemente 'semi-privado' e do 'semi-público', quando, de fato, são privados apresentados com esses pomposos neologismos. É importante ressaltar que as transformações das esferas pública e privada ocorrem em prejuízo do estatuto público estatal, indicando que as instituições estatais públicas tendem ao desaparecimento a médio prazo.

A maior consequência de tudo o que até aqui se expôs são as mudanças que inevitavelmente incidirão sobre a identidade da instituição universitária. A produção de conhecimento – consubstancial à idéia de universidade desde seus primórdios – tende a ser substituída pela administração de dados e informações em um processo de assessoria ao mercado, o que impõe a sensível perda da necessária capacidade de reflexão e crítica que esta instituição deve ter em relação à sociedade, característica também histórica da universidade. Esse processo assemelharia a instituição universitária a empresas prestadoras de serviços, quando referida ao mercado, e/ou a uma instituição legitimadora do novo paradigma político em cujo centro se encontra a adaptação, a instrumentalidade e o cognitivismo, quando referida à sociedade. Nisto se transformaram as nossas instituições de educação superior brasileira nos tempos FHC.

Destaque-se igualmente o tema da formação do educador, até o momento uma função da educação superior. As transformações que se impõem, inclusive em relação à própria identidade do conjunto das IES, tendem a retirar tal função desse nível de ensino e talvez da esfera educacional. As IES, assim transformadas, organizar-se-iam mais para o atendimento das demandas do mercado do que para a preparação das futuras gerações de educadores e abririam espaço, na sociedade civil, a entidades não ligadas diretamente à educação (as organizações não-governamentais) para o exercício dessa tarefa, com sérias e bastante óbvias consequências na educação como um todo.

No que se refere à pós-graduação, as consequências são tão profundas quanto na graduação. No Documento de Trabalho 8/96 do Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior (NUPES), da Universidade de São Paulo, intitulado *A Pós-Graduação no Brasil – Problemas e Perspectivas*, de autoria de Eunice



Ribeiro Durhan, então na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e pesquisadora do NUPES, pode-se observar a condensação das temporalidades históricas aqui aludidas, bem como o que seriam as mudanças na atual política de pós-graduação da CAPES e de seu sistema de avaliação. A autora parte do suposto de que o sistema de pós-graduação brasileiro é formulado e posto em prática pelo Estado, “mas que sofre deformações profundas que ora enriquecem, ora empobrecem as determinações dos planejadores [dos governos militares autoritários]” (DURHAN, 1996, p.26-30).

Tais deformações teriam levado a três aspectos marcantes na evolução dos estudos pós-graduados no país. Um primeiro refere-se à estreita relação entre pesquisa e pós-graduação (postura não muito diversa do atual Ministro Roberto Amaral), o que teria levado, segundo a autora, à inversão do processo de criação dos programas de pós-graduação e vinculado, em demasia, os dois setores, como hoje podemos observar. “Para os docentes, a criação de um curso de pós-graduação passa a ser vista como um pré-requisito para a constituição de um núcleo de pesquisa e não, como seria desejável, uma das suas conseqüências” (id.ib., 15). Outro aspecto da pós-graduação, tendente a distorcer a educação superior como um todo, consiste no esforço das instituições para criação de pós-graduação *stricto sensu*, o que teria acarretado uma desvalorização do *lato sensu* e da iniciação científica, conseqüentemente da própria graduação, hoje uma das preocupações do Ministério. Por outro lado, esse esforço teria levado a duas outras conseqüências: a) a definição do que fosse uma dissertação – que, em geral, aproximava-se de um doutoramento –, para que o curso de mestrado se consolidasse, com o fito da abertura do doutorado,<sup>5</sup> e b) a ênfase na formação para pesquisa científica e tecnológica para todo o sistema de ensino superior no Brasil,<sup>6</sup> o que, na atualidade, interfere nas políticas de pós-graduação e no sistema de avaliação da CAPES, impondo muitas das características atuais à gestão dos programas de estudos pós-graduados.

Articulando tais aspectos próprios da pós-graduação brasileira, pode-se concluir, com Durhan (1998, p. 16-17), que esse nível da educação superior teria concorrido para acentuar a diferenciação institucional e regional no país: “A maior parte do alunado e das titulações está localizada em pouco mais de meia

E  
C  
C  
O  
S  
  
R  
E  
V.  
  
C  
I  
E  
N  
T.

n. 1  
v. 5

jun.  
2003



dúzia de instituições, concentradas na região sudeste, refletindo a heterogeneidade do ensino superior”, e que “permanece oculta nos embates ideológicos entre instituições públicas e privadas ou é escamoteada pelos interesses corporativos das universidades federais”.

Sem embargo das procedentes observações feitas por Durhan, sua conclusão leva água para uma crítica ferrenha ao debate ideológico entre o público e o privado, como que a defender o segundo setor. Por outro lado, de forma muito inteligente, dá força ao argumento em prol da diferenciação institucional já existente e de uma mudança/restricção na abertura de programas de pós-graduação, segundo modelo de avaliação atualmente vigente na CAPES, o que impõe a esses programas, de forma dissimulada, um desenho organizacional que induz à constituição de um centro produtor de conhecimento para intervenção imediata na realidade. Além disso, aplica critérios pragmáticos e empresariais de avaliação, assentados na relação custo-benefício, que impõem péssimas condições de produção para os alunos, comprometendo a qualidade das dissertações e teses. Por outro lado, procura disseminar a diferenciação entre centros de excelência e seus subsidiários, como mostra a instituição do Programa de Qualificação Institucional ou do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica, e a substituição do Programa Interinstitucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) pelo Plano de Capacitação Docente (PQI). Tais mudanças são sentidas nos programas de pós-graduação por todos os seus segmentos, especialmente pelos alunos.

Trata-se, pois, de significativa mudança na política de pós-graduação no âmbito da CAPES. Existe aí uma transferência parcial de responsabilidade pela consolidação dos programas de pós-graduação, num movimento que se origina no Estado, dirigindo-se para a sociedade civil, algo não inusitado no presente momento histórico do país, como já comentamos no início deste artigo. Como consequência, há um endurecimento nos processos avaliativos tanto na pós-graduação quanto na graduação, processo já visível nos credenciamentos de cursos, na diferenciação institucional promovida pelo governo, no exame nacional de cursos etc. Deriva desta nova realidade a necessária produção de um projeto acadêmico-científico de pós-graduação ancorado na concepção que a leitura das tendências desse nível educacional nos permite fazer, isto é, a





produção de um desenho de programa que poderíamos chamar de Centro Produtor de Pesquisa e Formador de Docentes e Pesquisadores no Processo de Investigação: mestrados e doutorados enxutos e baratos, com uma organização que inibe a ousadia necessária à ciência e profissionaliza sua produção, segundo os supostos neopragmáticos, tornando-a uma mercadoria, resultando na profissionalização de quem faz ciência, especialmente no contexto que procuramos mostrar anteriormente. Há, assim, um engajamento de muitos docentes da pós-graduação no projeto político em desenvolvimento no Brasil, fazendo com que a prática intelectual, não sem contradição, torne-se instrumental e não reflexiva, porque engajada numa política pragmática, que assume a ciência como mercadoria e põe o sistema educacional a reboque, com destaque para a pós-graduação. A crítica cede lugar à demonstração do útil e do inexorável, e o vício faz elogio à virtude para perpetuar-se.

As conseqüências dessa racionalidade tendencial são muitas, mas poderíamos destacar as mais interferentes na formação dos intelectuais brasileiros. Do exposto não é difícil observar: 1) um processo de homogeneização da produção científica no que se refere ao campo teórico-metodológico e aos temas que tendem a ser priorizados nos financiamentos;<sup>7</sup> 2) nesse processo de homogeneização sob direção dos centros mais consolidados, haverá uma hierarquização de áreas do conhecimento e de instituições; 3) decorrente de tal tendência, pode-se vislumbrar uma outra: a maioria da produção crítica das ciências humanas e não aplicável de forma imediata será produzida por intelectuais formados nas instituições públicas, que migrarão para o setor privado, principalmente se vierem a concretizar-se as medidas que se encontram nos baús dos gestores públicos, que aviltariam os direitos desses trabalhadores; 4) dos itens 1 e 2, pode-se depreender a enorme diferenciação institucional que poderá ocorrer, dada a hierarquização no interior de uma homogeneização; 5) a maior parte do financiamento ficaria com os centros consolidados, aumentando a dependência dos novos cursos ou cursos de regiões fora do sudeste brasileiro; 6) ainda que indiretamente em razão das normas do PQI, a avaliação tornou-se o instrumento fundamental para a implantação de um tipo de capacitação orientada pelos velhos catedráticos, e 7) a prestação de serviços ganhará um grande estímulo com os mestrados profissionalizantes.



<sup>7</sup> A homogeneização das investigações, nas condições históricas atualmente vigentes, fere a justeza das relações entre liberdade e igualdade – valores tão caros à ideologia liberal, mais ainda à social-democracia e ao socialismo – posto que, se não é considerada a alteridade nestas relações, isto é, a condição de desvantagem do outro, no caso das políticas de pós-graduação, tais relações são de autoritarismo homogeneizador baseado na legitimidade da ciência e não da ética, menos ainda da moral.

Diante de tais características, que se apresentam como tendências da pós-graduação, os programas movimentar-se-ão para organizarem-se nesses centros, seguindo o figurino dos consolidados; por outro lado, a cobrança da avaliação direcionada, como vimos, obrigará os alunos e docentes a serem produtivos e rápidos, impedindo-os de desfrutar a cultura político-institucional no momento de sua titulação em nível de pós-graduação. Por esse motivo, não se observa o mesmo grau de organização das associações de alunos de pós-graduação como na década de 80, ou mesmo no início da de 90. Do ponto de vista docente, a mudança é mínima porque, na avaliação do programa, o profissional deverá desenvolver e publicar suas pesquisas em periódicos determinados para que seu programa seja bem avaliado, impedindo, muitas vezes, que o pesquisador possa dedicar-se a um estudo de longa duração sem os produtos parciais requeridos pelo modelo avaliativo. Isso traz para os programas em geral um paradigma de gestão pragmático que se presta também à orientação da ciência produzida pelos docentes e discentes (SILVA Jr., 2003). Existe a necessidade de cortes e recortes nos objetos de estudos e o estreitamento da reflexão que orientará suas análises, para viabilizar a pesquisa no tempo cronológico determinado para uma boa avaliação, ou, deveríamos dizer, uma boa nota.

Essa é a situação da pós-graduação brasileira em potência e em ato realizado, a despeito de este nível de ensino ter se tornado o lócus privilegiado de produção da inovação tecnológica, das incubadoras de empresas, do desenvolvimento de parques de alta tecnologia, da elaboração de estratégias de inclusão social, da produção de pedagogias adaptativas e instrumentais e da formação de intelectuais que configuram e reconfiguram os espaços público e privado, com o objetivo de consolidar a nova forma de regulação social. É preciso nos indignarmos, mais do que nunca, e postular um tipo de produção científica que não faça concessão à racionalidade imposta pela cultura e soberania de outros povos. É importante que consigamos produzir um sistema de ciência, tecnologia e inovação tecnológica que, sem dúvida, tenha guarida na pós-graduação, mas sem jamais pô-la a reboque, porque, ao fazê-lo, atrelamos nossa história, cultura, soberania e identidade à morte em Bagdá ou no *World Trade Center*.

Diante do que brevemente se expôs neste texto, pode-se, em conclusão, reafirmar que a reconfiguração da educação superior brasileira é parte de intenso



processo mundial de reformas, no interior de um radical movimento de transformações político-econômicas. No Brasil, as repercussões são profundas: a se concretizarem tais mudanças, conforme diretrizes emanadas originalmente das agências multilaterais e, em geral, tão bem traduzidas domesticamente pelos responsáveis oficiais pela reforma do Estado e da Educação Superior, haverá conseqüências inevitáveis para a identidade institucional da universidade.

KEY WORDS: state reform;  
higher education reform;  
neopragmatism.

ABSTRACT: This article purposes to show the neopragmatism like support of higher education reform in Brazil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MARE. Plano *Director da Reforma do Estado*. Brasília. Disponível em <www.mare.gov>. Acesso em 18 fev. 1998).

BUENO, Maria Sylvia Simões. Orientações Nacionais para a Reforma do Ensino Médio: dogma ou liturgia. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Editores Associados, n.109, mar. 2000, p. 7-24.

CAMPOS, Lauro. *A crise completa – a economia política do não*. São Paulo: Boitempo, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A construção da democracia – estudos sobre política*. São Paulo: Siciliano, 1993.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CORAGGIO, José Luís. Propostas do Banco Mundial para a Educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: WARDE, Mirian Jorge *et. al. O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez; São Paulo: PUC-SP; São Paulo: Ação Educativa, 1996.

DURHAN, Eunice Ribeiro. Universidade de São Paulo. NUPES. A Pós-Graduação no Brasil – Problemas e Perspectivas. *Documento de Trabalho* 08/96, 1996, 21 p.



\_\_\_\_\_. As políticas recentes para o ensino superior na América Latina. Universidade de São Paulo. NUPES. *Documento de Trabalho* 07/97, 1997, 17 p.

\_\_\_\_\_. Universidade de São Paulo. NUPES. As universidades públicas e a pesquisa no Brasil. *Documento de Trabalho* 09/98, 1998, 36 p.

\_\_\_\_\_. Desigualdade social. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 15 jan. 2002, Caderno 1, p. 2.

FERRETTI, Celso João; SILVA Jr., João dos Reis. Educação Profissional em uma sociedade sem emprego. *Cadernos de Pesquisa*, v.1, n. 109, p. 43-66, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

MARTINS, José de Souza. Excurso: As temporalidades da História na dialética de Henri Lefèbvre. In: MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MÉZÁROS, István. *Para além do capital – rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: UNICAMP; Boitempo., 2002.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Ceticismo epistemológico, ironia complacente: até onde vai o neopragmatismo rortiano. *Educação nas Ciências*, Ijuí, n.1, jan./jun., p.157-189, 2001.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil – para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: Editora 34, 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. *Reforma do estado e administração pública*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

POPKEWITZ, Thomaz S. *Reforma educacional – uma política sociológica, poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RORTY, Richard. Verdade sem correspondência com a realidade. In: MAGRO, Cristina; PEREIRA, Antonio Marcos (Orgs.). *Pragmatismo – a filosofia da criação e da mudança*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA Jr., João dos Reis. *Novas faces da educação superior no Brasil – reforma do Estado e mudanças na produção*. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

SILVA Jr., João dos Reis. Tendências do ensino superior brasileiro diante da atual reestruturação do processo produtivo no Brasil. In: CATANI, Afrânio (Org.). *Universidade na América Latina: tendências e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. *Reformas do Estado e da educação*. São Paulo: Xamã, 2003.

SOARES, M. C. C. Banco Mundial: políticas e reformas. In: DE TOMASI, L.;

WARDE, Mirian Jorge (Org.). *O banco mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez; São Paulo: Ação Educativa, 1996.

\_\_\_\_\_. Políticas para a educação superior. In: SGUISSARDI, Valdemar; SILVA Jr., João dos Reis. *Políticas públicas para a educação superior*. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez; São Paulo: PUC-SP; São Paulo: Ação Educativa. p. 15-41, 1996.